



REGISTRO DE REUNIÃO

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DO CUSTEIO A PROJETOS DE CONECTIVIDADE DE ESCOLAS (GAPE)

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

DADOS DA REUNIÃO

| Data | Horário de Início | Horário de Término | Local |
|------------|-------------------|--------------------|---------|
| 27/04/2023 | 15h00 | 18h00 | Virtual |

PARTICIPANTESMembros do Gape:

| Nome | Unidade | Presença |
|--|-------------------------------------|----------|
| Vicente Bandeira de Aquino Neto (Presidente) | Anatel | Presente |
| Nilo Pasquali (Secretário) | Anatel | - |
| Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo (Titular) | Ministério das Comunicações (MCOM) | Presente |
| Daniela Naufel Schettino (Suplente) | Ministério das Comunicações (MCOM) | - |
| Alexsander Moreira (Titular) | Ministério da Educação (MEC) | Presente |
| Ana Úngari Dal Fabbro (Suplente) | Ministério da Educação (MEC) | Presente |
| Neiva Miranda Coelho (Titular) | Algar Telecom S.A. (Algar) | - |
| Fernando Magalhães Holmes (Suplente) | Algar Telecom S.A. (Algar) | - |
| Antônio Oscar de Carvalho Petersen Filho (Titular) | Claro S.A. (Claro) | Presente |
| Monique Pereira Ibitinga de Barros (Suplente) | Claro S.A. (Claro) | Presente |
| Camilla Tedeschi de Toledo Tapias (Titular) | Telefônica Brasil S.A. (Telefônica) | - |
| Anderson Emanuel de Azevedo Gonçalves (Suplente) | Telefônica Brasil S.A. (Telefônica) | Presente |
| Marcelo Concolato Mejias (Titular) | TIM S.A. (TIM) | Presente |
| Mario Girasole (Suplente) | TIM S.A. (TIM) | - |

Outros participantes:

| Nome | Órgão/Instituição/Empresa |
|--------------------------------------|---|
| Bernardo Fernandes Correa Mendonça | Anatel |
| Carolina Henn Bernardi Lellis | Anatel |
| Dagma Sebastiana Caixeta de Macedo | Anatel |
| Eduardo Marques da Costa Jacomassi | Anatel |
| Felipe Roberto de Lima | Anatel |
| Fernando Di Pietro Cordenonssi | Anatel |
| Gesilea Fonseca Teles | Anatel |
| Gustavo Facundo Arantes | Anatel |
| Katia Dutra Cardoso | Anatel |
| Livia Caruline dos Santos Lima de Sá | Anatel |
| Maria Lúcia Ricci Bardi | Anatel |
| Marcio Lucas Graciano Junior | Anatel |
| Hugo Vidica Mortoza | Algar Telecom S.A. (Algar) |
| Abrahan Lincoln Dorea Silva | Entidade Administradora da Conectividade das Escolas (Eace) |
| Carolini Campos | Entidade Administradora da Conectividade das Escolas (Eace) |
| Douglas Rocha Bicudo | Entidade Administradora da Conectividade das Escolas (Eace) |
| Fabiana Garcia | Entidade Administradora da Conectividade das Escolas (Eace) |

| Nome | Órgão/Instituição/Empresa |
|-------------------------------------|---|
| Francisco Nildo Sobral | Entidade Administradora da Conectividade das Escolas (Eace) |
| Gilmara Gelinski | Entidade Administradora da Conectividade das Escolas (Eace) |
| Luiz Carlos Gonçalves | Entidade Administradora da Conectividade das Escolas (Eace) |
| Marcelo Machado de Oliveira | Entidade Administradora da Conectividade das Escolas (Eace) |
| Paula Martins | Entidade Administradora da Conectividade das Escolas (Eace) |
| Marcelo Saldanha | Instituto Bem Estar Brasil |
| José Goncalves Neto | Telefônica Brasil S.A. (Telefônica) |
| Carlos Eduardo De Faria Franco | TIM S.A. (TIM) |
| Leonardo Siqueira Vasconcelos | TIM S.A. (TIM) |
| Sebastiao Sergio De Oliveira Junior | TIM S.A. (TIM) |

PAUTA

| Item | Descrição |
|------|---|
| 1 | Aprovação da Ata da 16ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de março de 2023 |
| 2 | Acompanhamento das atividades da Eace – Presidente da EACE |
| 3 | Reporte das atividades do SGT-Com |
| 4 | Outros Assuntos |
| 5 | Próxima reunião e próximos passos |

RELATO DA REUNIÃO

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, cumprimentou e agradeceu a participação de todos e deu início a 17ª Reunião Ordinária do Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas (Gape).

Informou que o primeiro item da reunião seria a aprovação da Ata da 16ª Reunião Ordinária do Gape, seguido do acompanhamento das atividades desenvolvidas pela Eace e do reporte de atividades do SGT Diagnóstico. Comunicou, ainda, que poderiam ser tratados eventuais outros assuntos e que ao final seria definida a data da próxima reunião e os próximos passos. Passou, então, ao primeiro item da Pauta.

1. APROVAÇÃO DA ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GAPE

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, referindo-se ao encaminhamento, por *e-mail*, da minuta de Ata da 16ª Reunião Ordinária do Gape, ocorrida em 28 de março de 2023, questionou aos membros se haveria algum comentário ou sugestão de ajuste à minuta que havia sido enviada.

Como não houve comentários adicionais, declarou aprovada a Ata da 16ª Reunião Ordinária do Gape, informando que, após assinada pelos representantes da Anatel, seria disponibilizada no SEI para assinatura dos demais membros e, posteriormente, no espaço reservado ao Gape no *site* da Anatel.

2. ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA EACE

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, lembrou que, como de costume, seria apresentado o andamento das atividades da Eace e convidou **Paula Martins, Presidente da Eace**, para compartilhar com o grupo o *status* do trabalho realizado até agora e apresentar outros comentários que considerasse oportunos para aquela reunião.

Paula Martins, Presidente da Eace, agradeceu, cumprimentou a todos e compartilhou a Apresentação Progresso Eace (10198481), dizendo que trazia bons resultados a serem apresentados. Afirmou que a Eace estava na última rodada de negociações com a Positivo e esperava que o Gape aprovasse a compra dos equipamentos do projeto-piloto. Disse que trataria do cronograma da auditoria externa e também do aporte do mês de abril/2023, que seria o terceiro aporte das operadoras e dos investimentos que estavam sendo feitos. Informou também que seria feito o *Follow Up* da Comunicação e das Operações em andamento.

Prosseguiu dizendo que a Eace tinha publicado *Requests for Proposal* (RFPs) para a aquisição dos equipamentos do projeto-piloto, que abrangia 10 (dez) municípios, sendo 2 (dois) em cada região do país cujo escopo incluía 463 (quatrocentos e sessenta e três) *notebooks*, 4.928 (quatro mil novecentos e vinte e oito) *notebooks* educacionais, 287 (duzentos e oitenta e sete) projetores, 287 (duzentos e oitenta e sete) telas de projeção, 102 (cento e dois) carrinhos do tipo 1 (de armazenamento e recarga) e 174 (cento e setenta e quatro) carrinhos do tipo 2 (de armazenamento e recarga), com o cenário de fornecimento de equipamentos de informática na

modalidade *Hardware as a Service* (Haas), que seria aluguel de equipamentos, com manutenção durante 36 (trinta e seis) meses e a opção de aquisição ao final do contrato.

Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC, questionou se a transferência de propriedade dos equipamentos já estaria prevista no contrato e como funcionaria; se seria uma doação para as escolas e qual seria o tratamento jurídico a ser dado para essa questão. Disse que havia surgido uma dúvida se o Gape teria algum custo associado a isso, do ponto de vista de emissão de nota fiscal pela empresa, e se não haveria nenhuma questão com as secretarias, em relação a essa doação, como por exemplo, a possibilidade de abertura de um passivo jurídico. Afirmou que o questionamento se referia à segunda fase do projeto, pois talvez não fosse relevante para as 177 (cento e setenta e sete) escolas do Projeto-Piloto. Complementou dizendo que gostaria de saber como seria essa passagem de bastão, pois havia entendido que algumas secretarias, para a doação de equipamentos, pediam que houvesse uma chamada pública para ver se existiam outros interessados em doar equipamentos.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, se manifestou para informar que havia sido feita uma rodada sobre doação de equipamentos junto à Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), para debater a possibilidade da indústria fazer a doação de equipamentos ou, se não fizesse a doação, fazer uma intervenção no sentido de diminuir custos e que, se fossem encontrados parceiros que quisessem contribuir de alguma forma, tanto para o projeto-piloto, como para todo o projeto, haveria abertura para se buscar caminhos junto aos fornecedores.

Paula Martins, Presidente da Eace, lembrou que, de qualquer forma, já estava previsto no contrato com a Positivo a aquisição dos equipamentos e doação para a escola, com previsão de uso e manutenção por 36 (trinta e seis) meses e aquisição ao final do contrato. Afirmou que, ao longo do tempo, se buscava parcerias e caminhos para baratear cada vez mais o custo na hora da aquisição, seja no piloto ou na 2ª fase do projeto.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM, cumprimentou a todos e alertou sobre o ponto levantado pela **Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC**, que se tratava de uma dificuldade do ponto de vista jurídico, burocrático, administrativo, para entidades da administração pública receberem doações de entidades privadas e citou que no Ministério das Comunicações teriam tido alguma experiência com isso, no caso do programa "Computadores para Inclusão", em que se atuava por meio de convênios com organizações da sociedade civil para manutenção de equipamentos e haveria entraves burocráticos para se fazer a doação. Sugeriu que a Eace fizesse uma avaliação sobre quais seriam os procedimentos jurídicos, burocrático, administrativos necessários para realizar essa doação, o que se aplicaria não apenas aos equipamentos, mas também à rede interna e que valeria a pena mapear esse processo.

Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC, agradeceu ao **Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM**, e afirmou concordar com a sua intervenção e citou a iniciativa do BNDES, em fase de conclusão, onde houve bastante dificuldade com a doação de empresa na iniciativa e que, portanto, considerando que o Gape ainda trabalha com o universo do Piloto seria a hora de deixar essa questão mais esclarecida quando se avançar com o Projeto. Em seguida, **Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC**, perguntou se a doação seria da Eace ou dos fornecedores de equipamentos, momento em que foi-lhe esclarecido que a doação seria feita pela Eace, que seria a entidade executora do projeto.

Paula Martins, Presidente da Eace, lembrou que a Eace estava fazendo as aquisições naquele momento e que iria apresentar os procedimentos para poder compartilhar com as pessoas que estavam se integrando o Gape naquele momento.

Lembrou que, para o processo de aquisição, havia sido lançada a [RFP - Solicitação de Proposta para o fornecimento de Equipamentos de Informática e Acessórios](#), disponível no site da Anatel, da qual, na primeira etapa, participaram 6 (seis) concorrentes, que na segunda etapa ficaram 3 (três) empresas e, na terceira etapa, ficaram 2 (duas) empresas, a Golden e a Positivo. Apresentou o quadro de pontuação da avaliação técnica das duas concorrentes, bem como o detalhamento de preços de todas as concorrentes e outras informações das rodadas de negociação, que constam da já mencionada Apresentação Progresso Eace ([10198481](#)), que resultou no valor de R\$ 14.525.592,89 que, trazendo para o valor presente, significou uma redução de 27% (vinte e sete por cento) desde a primeira apresentação de valores para os valores atuais.

Disse que o prazo de entrega também tinha sido objeto de negociação e se conseguiu o prazo de entrega de 20 (vinte) a 40 (quarenta) dias entre o primeiro e o último equipamento a ser entregue, a partir da assinatura do contrato, o que significava que, se o contrato fosse assinado no final da próxima semana, a entrega dos primeiros equipamentos poderia ocorrer ainda no mês de maio/2023 e os últimos equipamentos até o final de junho/2023.

A seguir, apresentou aos membros do Gape a recomendação da Eace para a contratação dos Equipamentos, que levou em consideração (i) a matriz de avaliação técnica; (ii) a liderança no *market share*; (iii) a proposta de preço 16,7% menor que o segundo proponente; (iv) a redução de 27% (vinte e sete por cento) com relação à primeira proposta do proponente escolhido; (v) a condição de pagamento de 60 (sessenta) dias após emissão da Nota Fiscal; e (vii) 85% (oitenta e cinco por cento) de capilaridade no pós-venda, no território nacional.

Afirmou então que a recomendação da Eace era a contratação da empresa Positivo, seguindo a modalidade HaaS, que seria de aluguel, com manutenção e a opção de aquisição residual ao final dos 36 (trinta e seis) meses. Destacou que esse modelo permitiria, além da manutenção, a possibilidade de reposição imediata dos equipamentos no caso de alguma avaria.

Acrescentou que se tratava de um valor para o projeto-piloto, mas também se tratava da criação de um valor de referência para todo o projeto.

Solicitou também ao **Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace**, que se manifestasse, com relação a garantia da qualidade técnica, em todo o processo de negociação, o que teria sido fundamental para que se evitasse que o foco no preço e no prazo acarretasse perda da qualidade técnica.

Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace, cumprimento a todos, agradeceu à **Paula Martins, Presidente da Eace**, e informou sobre a Análise Técnica das Propostas de Equipamentos de Informática, na qual dois fornecedores, Golden e Positivo, chegaram ao final do processo. Disse que essa análise havia sido formatada e encaminhada para a mesa de compras e que tiveram o cuidado de continuar com essa análise e conferência, item por item, equipamento por equipamento, toda vez que a mesa de compras devolvia esse material, para uma nova rodada de negociação.

Acrescentou que não havia qualquer diferença entre a proposta de equipamentos da Positivo da última rodada e aquela apresentada na primeira proposta. Esclareceu ainda que, antes do ser encerrado o contrato, seriam validadas as máquinas, por meio de uma amostragem do que estivesse sendo entregue.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM, solicitou esclarecimento na interpretação dos valores finais apresentados na tabela e **Paula Martins, Presidente da Eace**, esclareceu que a diferença se referia ao pagamento do valor em torno de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) de residual, para aquisição do equipamento no final dos 36 (trinta e seis) meses.

Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC, disse que gostaria de entender quanto o Gape estaria pagando por esse equipamento, para conseguir fazer algum comparativo de preço, entre o modelo HaaS, que estava sendo adotado, e um modelo de simples aquisição.

Paula Martins, Presidente da Eace, disse que essa comparação tinha sido feita, mas não dispunha dessa informação naquele momento, pois a decisão sobre o modelo já havia sido tomada anteriormente e que poderia encaminhar os dados da tomada de decisão.

Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC, afirmou que gostaria de dispor dessas informações, para ter documentada a escolha do modelo HaaS que, atualmente, não seria a mais comum dentro do setor público.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, questionou se havia sido feita uma simulação entre essa aquisição de locação e opção de aquisição no final e a contratação de equipamentos com a contratação adicional de empresas para manutenção.

Paula Martins, Presidente da Eace, respondeu que sim e que essa decisão não levava em conta só o valor dos recursos a serem pagos, mas havia também a questão da viabilidade de se conseguir que a manutenção fosse realizada em todos os lugares, o que exigiria empresas que tivessem capilaridade para fazer a manutenção dos equipamentos.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, afirmou que realmente havia necessidade de uma empresa que pudesse fazer a manutenção nas diversas situações das escolas do projeto, que incluía lugares distantes, zona rural, onde haveria grande dificuldade.

Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace, concordou com a afirmação de **Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**, e disse que, nas avaliações iniciais, se constatou um valor um pouco menor para a aquisição dos equipamentos, em relação ao modelo HaaS. No entanto, quando o trabalho começou a ser desenvolvido, foi observada a necessidade de todo um processo de logística, incluindo criação de centros de custos e filiais, em todas as regionais e municípios do Brasil e que, ao mesmo tempo, se verificou que praticamente havia empate em termos de valores a serem desembolsados. Assim, quando se constatou empate de valores e toda a estrutura que teria que ser montada para fazer contratações e acompanhamentos locais,

além da necessidade de empresas robustas, para não haver risco de quebra de contrato, se optou se pelo modelo HaaS, o que estava documentado e que **Francisco Nildo Sobral, da Eace**, poderia detalhar um pouco mais esse processo.

Francisco Nildo Sobral, da Eace, disse que no início do processo havia sido feita uma pesquisa de mercado para compor o orçamento e o custo estimado girava em torno de R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) para aquisição desses itens. No entanto, ao longo do processo, foi se compreendendo que o custo de manutenção envolvia, além da necessidade de estrutura de logística que a Eace deveria ter para manter a rede por 36 (trinta e seis) meses nos Estados, a necessidade de aquisição de sobressalentes numa quantidade difícil de se prever, contratação de mão-de-obra para efetuar conserto.

Assim, quando a Eace foi ao mercado com as RFPs, recebeu propostas nos 2 formatos: (i) no formato de aquisição com manutenção e (ii) no formato HaaS com aquisição ao final do contrato, justamente para cumprir a obrigação editalícia de transferência do ativo para as escolas ao final do contrato.

Prosseguiu dizendo que se observou que os valores propostos não vieram muito diferentes, ao contrário do que se imaginava. Além disso, a comparação do escopo de HaaS era favorável no que dizia respeito ao serviço de manutenção das máquinas, caso entrassem em falha, pois elas não seriam consertadas, mas sim substituídas por outra máquina, o que não se previa em nenhuma proposta de manutenção na alternativa de contratação de aquisição do ativo mais manutenção, e não se conseguia equalizar a oferta de manutenção com a oferta de serviços/manutenção que são contemplados da modalidade HaaS. Assim, quando se juntou tudo isso mais uma diferença de valores pouco significativa, o modelo de contratação de ativos acabou sendo descontinuado nas negociações, porque se apresentou desfavorável. Acrescentou que na avaliação técnica das propostas isso aparece de uma forma bem clara, na documentação, que se for ser consultada fica fácil de entender.

Com relação a comparação de valores, afirmou que estava correto o raciocínio de **Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC**, com relação ao custo do *notebook*. Na comparação com a aquisição era necessário trazer o valor das mensalidades a valor presente, para se fazer uma comparação razoável com a aquisição e, quando se fazia isso por unidade, podia se observar que o custo do equipamento final era praticamente o mesmo da aquisição considerando os valores da última negociação e até menor do que a média do mercado, encontrada lá atrás como referência, o que significava que houve um ganho pela escala, pois se tratava de grande volume de equipamentos.

E, respondendo à pergunta da **Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC**, de qual seria o custo adicional no final, para o ativo ser repassado, esclareceu que esse custo na negociação que foi feita, ficou igual a uma mensalidade, ou seja, para fazer uma conta, sem trazer a valor presente, se pegaria 138 (cento e trinta e oito) mensalidades, multiplicaria por 36 (trinta e seis) meses, mais uma mensalidade, ou seja, o equivalente a 37 (trinta e sete) mensalidades. Afirmou que isso, em valores diretos, tomando o *notebook* de primeira linha como exemplo, daria R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), aproximadamente.

Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico, sugeriu que, se fosse do interesse de todos, poderia ser convocada uma reunião do SGT Diagnóstico para que, em um ambiente mais técnico, esses números fossem detalhados pela Eace e o grupo pudesse se aprofundar nessa análise.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, concordou com a proposta da reunião do SGT Diagnóstico e disse que, por se tratar do ponto de partida, da primeira compra, da primeira aquisição, seria bom trabalhar e haver um entendimento, de forma exaustiva, para que servisse de modelo definitivo.

Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC, disse concordar com a proposta da reunião do SGT Diagnóstico sugerida por **Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico**, e esclareceu que gostava muito do modelo HaaS, mas que esse ainda não era o modelo mais usual na Administração Pública e que sua colocação era no sentido de que se tratava de um caso interessante para ser documentado e observado, para que se conseguisse usar esse piloto inclusive como referencial de modelo para outras secretarias, para outros projetos que fossem fazer aquisições de equipamentos. Disse que suas perguntas eram no sentido de saber se, no final, a proposta de preço se mostrou vantajosa e foi uma decisão como a pesquisa prévia. Acrescentou que a sugestão da reunião do SGT Diagnóstico a atenderia, mas seus questionamentos eram no sentido de assegurar que todos os cálculos estivessem documentados, já agora, pois considerava que esse seria um questionamento que naturalmente viria para o Gape, em relação à decisão da contratação pelo modelo HaaS, que considerava um modelo interessante para ser testado.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, agradeceu as contribuições e destacou que a observação feita por **Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC**, que considerava muito importante, seria a palavra e "testar", pois o piloto servia mesmo de teste, que poderia ser alterado no projeto definitivo.

Paula Martins, Presidente da Eace, se manifestou para fazer uma observação sobre o comentário de **Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC**, de que o modelo HaaS não seria muito usual na Administração Pública. Afirmou que considerava interessante ter um modelo como a Eace, exatamente para poder fazer uma política pública com modelos de negócios mais interessantes, que não fossem utilizados usualmente e que o poder público talvez não pudesse fazer. Afirmou que a Eace teria que se preocupar com a economicidade, com os prazos e que, muitas vezes os custos do poder público, em relação a prazo e em relação à preço, acabavam por onerar os projetos. Assim, considerava essa uma oportunidade de se testar novos modelos e mencionou que, como foi dito pelo **Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**, se tratava do projeto-piloto.

Com relação ao caso específico da compra dos equipamentos do projeto-piloto da Positivo, alertou que a Eace tinha o prazo até o dia 30 de abril e que, portanto, a confirmação para a Positivo teria que ser feita. Complementou que as discussões poderiam continuar acontecendo nos grupos, mas que a decisão, para esse caso específico, deveria acontecer até amanhã, dia 29 de abril de 2023, que seria o prazo real da Eace.

Antônio Oscar de Carvalho Petersen Filho, representante da Claro, se manifestou, afirmando que concordava com praticamente tudo do que havia sido tratado e pediu licença a **Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**, para fazer uma sugestão, que foi acatada.

Prosseguiu então dizendo que, como já havia sido falado, se tratava da contratação de um piloto e a definição do modelo seria a base desse piloto, que precisaria estar tudo muito documentada com relação à aprovação dessas contratações. Acrescentou que tinha certeza de que a Eace tinha toda a documentação, com essa demonstração, mas não adiantava estar somente com a Eace, teria que ser anexada também à ata da reunião de aprovação, para assegurar que essa demonstração ficasse disponível, em eventual revisão futura pelos órgãos de controle. Assim, sugeriu que o material com a aprovação do modelo HaaS fosse anexado à ata para se manter o histórico.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, concordou e solicitou que **Paula Martins, Presidente da Eace**, prosseguisse com a apresentação.

Paula Martins, Presidente da Eace, afirmou que havia concluído os esclarecimentos em relação a contratação dos equipamentos da Positivo e que o próximo assunto seria sobre os investimentos.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, pediu licença para fazer uma observação sobre a contratação da Positivo e propôs que, em não havendo nenhuma dúvida muito discrepante em relação à contratação dos equipamentos da Positivo, que a Eace desse andamento à aquisição desses equipamentos para que o projeto-piloto pudesse ser concluído, com o compromisso de se continuar discutindo, conforme o que já estava sendo feito. Afirmou que a equipe técnica da Eace coordenada pelo **Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace**, já tinha avalizado essa contratação e poderia se avançar nesse ponto, para que não houvesse atraso, especialmente considerando que se tratava da execução do projeto-piloto que precisaria ser testado tanto com relação do modelo de contratação de equipamentos, como com relação ao projeto como um todo e, sem prejuízo de acatar as sugestões apresentadas pela **Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC**, de continuar debatendo e de anexar a documentação, conforme sugerido por **Antônio Oscar de Carvalho Petersen Filho, representante da Claro**.

Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico, se manifestou no sentido de reforçar o que disse **Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**, para lembrar que essa não era uma discussão nova e que, apesar de estar sendo trazida para a presente reunião, que contava com novos integrantes, esse processo de avaliação de equipamentos e de contratação foi iniciado ainda no final do 2022, e já havia acontecido muitas idas e vindas, inclusive, como demonstrado nas planilhas apresentadas pela **Paula Martins, Presidente da Eace**, a discussão começou com o valor aproximado de R\$ 19 milhões, que foi sendo negociado e renegociado até chegar agora, no valor em torno de R\$ 14 milhões.

Reforçou o fato do assunto já estar sendo debatido há bastante tempo e que seria novo para alguns integrantes, mas que a maioria já conhecia essas negociações e que seria oportuna a aprovação naquela data da contratação dos equipamentos, para que se desse o devido andamento para o processo.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, agradeceu a todos que se manifestaram e afirmou que ninguém tinha sido mais crítico que ele sobre essa aquisição, que teria que ter sido feita em meados de dezembro de 2022, e que não foi feita, por uma intervenção sua, no sentido de maior cuidado da Eace ao fazer essa aquisição utilizando esse modelo.

No entanto, considerava que poderia se avançar e, considerando se tratar de um piloto, seria uma oportunidade para se testar e, eventualmente, realizar os ajustes no restante do projeto. Nesse sentido, manifestou estar de acordo com as observações feitas por todos, mas concluiu que seria o momento de avançar.

Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC, se manifestou de acordo e disse que não estaria sugerindo que não se fizesse a aquisição pela Positivo e que tinha gostado da sugestão do **Antônio Oscar de Carvalho Petersen Filho, representante da Claro**, e das explicações de **Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace**, e de **Francisco Nildo Sobral, da Eace** sobre todo o racional que estava por trás dessa decisão. Afirmou que seria interessante se isso já estivesse registrado em algum lugar, para confirmar que os motivos que levaram a opção por esse caminho foram documentados. Assim a discussão da reunião técnica poderia antecipar a discussão de que se esse seria o modelo a ser adotado para o restante do projeto.

Antônio Oscar de Carvalho Petersen Filho, representante da Claro, se manifestou de acordo com a contratação, que havia sido checada também pela Claro, e estaria de acordo também, porque havia prazo que precisaria ser cumprido e solicitou à **Paula Martins, Presidente da Eace**, o compromisso de anexar a ata dessa reunião a justificativa que ela já teria preparada dentro da empresa, a fim de que se mantivesse o histórico da escolha do modelo. A solicitação foi atendida, tendo sido anexado à ata o Documento SEI nº 10229824.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, afirmou então que considerava que poderia se deliberar pela aprovação da contratação, que imaginava ser consenso, com os ajustes sugeridos por **Antônio Oscar de Carvalho Petersen Filho, representante da Claro e Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC** e por ele, com o compromisso de que, para as próximas contratações, o SGT Diagnóstico estudasse exaustivamente todos esses detalhes que tinham sido abordados naquela ocasião e fez uma sugestão final para **Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace**, e sua equipe para que, na hora do recebimento dos equipamentos, fosse feita uma aferição rigorosa do produto que estava sendo recebido.

José Goncalves Neto, integrante da equipe da VIVO, manifestou apoio a todas as manifestações anteriores e acrescentou o que já tinha sido comentado por **Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**, que tinha certeza que **Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace**, que era muito experiente no comissionamento, iria tratar para que o que fosse recebido nas escolas refletisse exatamente aquilo que a Eace estava especificando e comprando, e reforçou a urgência da aprovação dessa contratação, com a qual a VIVO também se manifestava de acordo. Disse considerar que estaria tudo suficientemente maduro para a contratação para o atendimento das escolas, o que seria a ponte para o futuro começar nessas escolas do projeto-piloto.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, agradeceu a manifestação e passou a palavra para os comentários de **Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace**.

Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace, agradeceu e, no sentido de tranquilizar a todos, informou que toda a parte técnica e referente ao modelo estava registrada, conforme Análise Técnica das Propostas de Equipamentos de Informática (10229824), posteriormente anexada a esta ata, e havia sido enviada à mesa de compras. Disse que a área técnica não participava da avaliação dos valores das propostas, mas acompanhava toda a parte técnica e registrava todas as idas e vindas das propostas. Com relação ao recebimento de equipamentos, lembrou que será feito por amostragem e que a Eace, o secretário de educação e a diretora da escola assinam um termo, que fica disponível para todos. Disse ainda que toda e qualquer contratação feita pela Eace foi realizada por meio de RFPs, com alinhamento no Gape e disponível no *site* da Anatel. E repetiu que, no sentido de tranquilizar a todos, era dada total transparência a todo e qualquer processo de contratação que a área técnica faz para a solução de conectividade, que é registrado e validade por todas as associadas e principalmente pela Anatel.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, agradeceu e afirmou que **Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace**, e sua equipe tinham praticamente a unanimidade da confiança de todos os participantes do Gape, mas precisava destacar sua preocupação com a questão do recebimento de equipamentos no final do processo.

Com relação à aquisição dos equipamentos, **Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**, questionou a todos se poderia declarar aprovada a compra dos equipamentos, apenas e tão somente, para o projeto-piloto, com todas as observações feitas na reunião em curso e com a determinação para o Gape, de que, na próxima aquisição de equipamentos de informática, fosse feito dentro dos grupos técnicos um debate à exaustão, considerando todas as discussões ocorridas no Gape no sentido de aferir se a melhor modelagem é a modelagem HaaS ou de aquisição direta. E perguntou se poderia declarar aprovada a compra nesse sentido.

Como ninguém se manifestou, declarou aprovada a compra dos equipamentos para o projeto-piloto.

Solicitou então à **Paula Martins, Presidente da Eace**, que prosseguisse com a apresentação.

Paula Martins, Presidente da Eace, agradeceu e voltou para a apresentação do tema dos investimentos, lembrando que, no mês de abril/2023, a Eace havia recebido o terceiro aporte de investimentos das operadoras, que foram feitos no Banco Itaú conforme segue:

| Aportes 3ª Parcela | | | | |
|--------------------|---------------------------|------------|--------------------|------------|
| Associadas | Valor R\$ | Aporte | Descrição | Data Pgto |
| Vivo | R\$ 303.131.818,91 | 3ª parcela | Crédito Banco Itau | 06/04/2023 |
| Tim | R\$ 133.847.178,04 | 3ª parcela | Crédito Banco Itau | 18/04/2023 |
| Algar | R\$ 8.029.614,00 | 3ª parcela | Crédito Banco Itau | 20/04/2023 |
| Claro | R\$ 200.965.103,69 | 3ª parcela | Crédito Banco Itau | 20/04/2023 |
| Total | R\$ 645.973.714,64 | | | |

A seguir, informou que a Eace, até então, só tinha conta Movimento no Banco Itaú e conta Investimento no Banco Santander e no BTG e que havia sido feita uma negociação com os bancos e, considerando melhores taxas e a partir de agora a Eace tinha conta Movimento no Banco Itaú e no Banco Santander.

Destacou que tinha sido feito um replanejamento, entre a Eace e a BioBrasil, a nova fornecedora contábil e financeira da Eace, para uma melhor distribuição do dinheiro entre os bancos, que foi submetido à área financeira das associadas, que aprovaram, recomendaram que a Eace seguisse nesse caminho e apresentou o atual cenário de aplicações, conforme a tabela a seguir:

| Cenário dos Recursos Aplicados | | | | | | |
|--------------------------------|-----------------------------|--------|------------|--|------------|------------|
| Banco | Valor R\$ | Tipo | Rendimento | Descrição Aplicação | Data Aplic | Data Venc. |
| Itaú | R\$ 280.169.366,46 | CDI | 101% | Aplicado em Abr/23 | 26/04/2023 | 25/04/2024 |
| Itaú | R\$ 300.000.000,00 | CDB 31 | 102% | Aplicado em Abr/23 | 26/04/2023 | 25/04/2024 |
| Itaú | R\$ 336.219.329,06 | CDB | 103% | Aplicado a vencer em Nov/23 | 21/11/2022 | 21/11/2023 |
| Santander | R\$ 200.000.000,00 | CDI | 103,50% | Aplicado em Abr/23 - recurso Transferido do Itau | 26/04/2023 | 25/04/2024 |
| Santander | R\$ 238.749.000,00 | CDI | 103,50% | Aplicação Abr/23 - Renovação | 25/04/2023 | 24/04/2024 |
| Santander | R\$ 341.143.064,40 | CDI | 103,30% | Aplicado a vencer em Nov/23 | 21/11/2022 | 21/11/2023 |
| BTG | R\$ 317.832.875,85 | CDB | 103% | Aplicação Abr/23 - Renovação | 26/04/2023 | 25/04/2024 |
| Total | R\$ 2.014.113.635,77 | | | | | |

Disse ainda que também estavam conversando com o Banco Safra, que havia procurado a Eace, o que poderia ser uma outra possibilidade de investimentos e complementou dizendo que a intenção era trabalhar com bancos sólidos e com investimentos conservadores, para que não se corresse riscos com essas aplicações.

Esclareceu ainda que ainda aconteceriam mais dois aportes de investimento pelas operadoras, sendo um em outubro de 2023 e o último aporte em abril de 2024, sendo cada aporte relativo a 20% (vinte por cento) do projeto.

Paula Martins, Presidente da Eace, informou que passaria para outro tema e solicitou que **Abrahan Lincoln Dorea Silva, Diretor Jurídico da Eace**, que apresentasse as informações sobre a Auditoria Externa.

Abrahan Lincoln Dorea Silva, Diretor Jurídico da Eace, cumprimentou a todos e informou que a Eace estava trazendo novamente o assunto da Auditoria Externa, tanto para uma prestação de contas, para indicar como os trabalhos estariam acontecendo, como também para submeter ao Gape a apreciação de uma questão, em razão da sua competência de disciplinador e fiscalizador das atividades da Eace.

Lembrou que, como havia sido informado nas últimas reuniões, quando a Eace estava em processo de contratação da auditoria externa relatório, o primeiro relatório contábil só seria entregue no próximo mês, maio de 2023.

No entanto, conforme o prazo definido no seu estatuto social, a Eace teria até o mês de abril para discutir os relatórios e contas da Eace do ano anterior e aprovar em assembleia geral ordinária da Eace, após a realização de auditoria externa e de apreciação pelo conselho fiscal. Assim, em tese, teriam que ter essa auditoria externa finalizada ainda no mês de abril, para que o relatório fosse submetido à apreciação do conselho fiscal e, em seguida, apreciado em assembleia geral ordinária para aprovação pelas associadas.

Continuou informando que, em função do calendário, do início do pedido de análise inicial, que foi no dia 13 de abril, e dado todos os passos essenciais e fundamentais para a realização da correta da auditoria externa, não se conseguiria ter o relatório ainda no mês de abril de 2023, o que prejudicaria a realização da assembleia geral

ordinária nesse mês de abril e significaria o descumprimento ou de um prazo estatutário, que é o prazo para a realização da assembleia geral ordinária.

| DATA | ATIVIDADE | RESPONSÁVEL |
|--------------------|--|----------------|
| 13/04/2023 | ENVIO DO PEDIDO DE ANÁLISE INICIAL | IPAB AUDITORES |
| 18/04/2023 | ACESSO ÀS INFORMAÇÕES INICIAIS | BIOBRAZIL |
| 20/04/2023 | ENVIO DA CARTA DE CIRCULARIZAÇÃO | IPAB AUDITORES |
| 24/04 A 12/05/2023 | EXECUÇÃO DO TRABALHO DE AUDITORIA | IPAB AUDITORES |
| 12/05/2023 | ENVIO DAS DF'S E NOTAS EXPLICATIVAS PARA AUDITORIA | BIOBRAZIL |
| 15 A 19/05/2023 | REVISÃO E DISCUSSÃO DAS DF'S E NOTAS EXPLICATIVAS | IPAB AUDITORES |
| 23/05/2023 | EMISSÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA | IPAB AUDITORES |

A seguir, apresentou ao Gape duas alternativas, para que não houvesse problema na apreciação das contas:

Primeira opção: Fazer a assembleia no mês de maio de 2023, considerando que, não se tratava de um prazo legal e sim de prazo estatutário e, portanto, não haveria, do ponto de vista disciplinar, uma sanção pelo descumprimento desse prazo das associadas, fixado no estatuto.

Segunda opção: Caso não se acatasse esse descumprimento, poderia ser feita uma alteração estatutária, para que constasse do estatuto que a primeira assembleia geral ordinária, seria realizada até o quinto mês do ano seguinte.

Submeteu a questão e o tema para apreciação dos membros e se colocou à disposição para eventuais esclarecimentos.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, agradeceu e pediu licença aos membros do Conselho Fiscal da Eace para registrar alguns fatos, dizendo que, desde o final de dezembro, vinha acompanhando de perto a transição dos trabalhos da Eace e havia realizado várias visitas à Eace, tentando acompanhar de perto esse tema.

Dirigiu-se especialmente à **Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC**, e ao **Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM**, considerando que os membros das operadoras no Gape tinham ciência do que iria abordar. Lembrou que tinha ocorrido uma transição, no final de 2022, com a substituição do presidente anterior da Eace por **Paula Martins, Presidente da Eace**. Informou que tinha acompanhado de perto uma série de modificações que foram necessárias, o que, de fato, acarretou atraso em alguns procedimentos que mereciam ser corrigidos e que muitas coisas ainda precisariam ser ajustadas, o que estaria acontecendo e indo bem e que tiveram debates e havia feito reclamações escritas, em nome do Gape, e que realmente tudo estava se ajustando lentamente, razão pela qual não via qualquer óbice em um prazo de mais 30 (trinta) dias ao invés de mudar um estatuto e criar precedente, o que não considerava uma boa ideia, especialmente, considerando a existência de um instrumento, como é que está sendo utilizado agora, de solicitar uma prorrogação de prazo, o que considerava normal. E concluiu dizendo que, particularmente, estava de pleno acordo com essa prorrogação e que eram essas as observações que tinha a fazer e abriu a palavra para todos que quisessem se manifestar.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM, agradeceu a **Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**, pelo esclarecimento e pelo cuidado. Disse ter uma questão de ordem para trazer e afirmou que, quanto à proposta de prorrogação do prazo da realização da assembleia, não via nenhum problema, mas afirmou que queria trazer uma questão de fundo, para reflexão sobre o assunto. Afirmou não ter experiência com a dinâmica de entidades que eram criadas no bojo de compromissos regulatórios da Anatel, como a EAD, por exemplo, mas tinha experiência no Conselho Gestor do Funttel, participava do Conselho de Administração da RNP, e questionou se esse tipo de decisão devia ser trazida para o Gape, uma vez que se tratava de uma questão de governança da administração da entidade e o Gape decidir sobre esse tipo de questão, parecia que avançava no micro gerenciamento da entidade. Quanto ao processo de contratação dos equipamentos disse que, de fato, caberia uma decisão, por se tratar do objeto fim da política pública que o Gape tinha que executar, mas temas relacionados a prazo de auditoria pareciam se tratar de questões da entidade, decisões que poderiam ser trazidas, talvez, para conhecimento do Gape, na medida em que pudessem interferir em algum

procedimento finalístico relacionado à política pública. Concluiu dizendo que gostaria de levantar esse ponto para reflexão.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, agradeceu e afirmou ter uma observação a fazer, considerando sua experiência sobre o assunto, em relação ao que **Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM**, tinha questionado, mas abriu a palavra para quem quisesse se manifestar.

José Goncalves Neto, integrante da equipe da VIVO, disse considerar que **Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM**, havia trazido um ponto importante e que conhecia também um pouco da administração pública e entendia ser muito incômodo, trazer esse tipo de tema para decisão do Gape, uma vez que a Eace teria autonomia para poder agir de forma ágil, sem sobrecarregar a esfera mais estratégica e política do Gape. No entanto, alertou para o fato de que, mesmo a Eace tendo se inspirado na governança de empresas privadas, atenderia finalidades públicas. Assim, ficava uma preocupação para o Gape de descumprir um prazo que, pessoalmente, via como impróprio, mas considerava também o fato de ser o primeiro ano da entidade, período em que todos estavam aprendendo. Afirmou que as mudanças aconteciam e, portanto, havia justificativa para se fazer um deslizamento de prazo, mas haveria sempre a preocupação de não se infringir alguma regra, algum regulamento.

Concluiu, dizendo que a Vivo tinha considerado valioso trazer para o Gape e, se possível, ter a anuência do Gape para esta questão. Acrescentou que considerava que o assunto merecia uma reflexão, do ponto de vista de um regramento da própria entidade que, de alguma forma, estivesse incorporado ao edital, que era o instrumento regulatório importante para o Gape.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, agradeceu e passou a palavra para **Abrahan Lincoln Dorea Silva, Diretor Jurídico da Eace**.

Abrahan Lincoln Dorea Silva, Diretor Jurídico da Eace, agradeceu e disse que sua manifestação era na linha do que havia colocado **José Goncalves Neto, integrante da equipe da VIVO**, uma vez que a preocupação da EACE era justamente em razão da competência do Gape de fiscalizar e disciplinar as atividades da Eace, quando o Edital diz que o Gape vai disciplinar e fiscalizar as atividades da Eace, realizando a qualquer tempo, auditoria sobre suas atividades operacionais, comerciais, administrativas e financeiras. Justificou que o cuidado da Eace de também trazer essas questões envolvendo questões administrativas e financeiras seria justamente uma deferência ao Gape, para que definisse aquilo que se sentisse mais confortável para definir e, questões específicas, como foi mencionada pelo **Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM**, não seriam questões que o Gape gostaria de se atentar. Assim, como a Eace também estava nesse processo de aprendizado, considerava interessante avaliar até onde iria a limitação interpretativa da função disciplinadora e fiscalizadora do Gape.

Paula Martins, Presidente da Eace, se manifestou para acrescentar que se tratava de uma auditoria anual, que tinha uma data para ser entregue e que, portanto, não se tratava de uma auditoria qualquer e sim da auditoria anual e por isso o cuidado especial da Eace, de solicitar a prorrogação do prazo, uma vez que haveria essa particularidade de o prazo de entrega dessa auditoria ser o dia 30 de abril de 2023.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM, voltou a se manifestar e disse entender as considerações apresentadas e reafirmou que considerava se tratar de uma reflexão que valeria a pena ser feita e que, do seu ponto de vista, não seria competência do Gape entrar em matérias típicas da administração da Eace, como parecia ser esse tipo de decisão, que parecia decisão típica a ser submetida ao Conselho de Administração e não a um colegiado, composto por representantes de entidades do setor público, interessado na execução da política pública. Disse que entendia o papel de fiscalizar e supervisionar do Gape, que facilmente poderia ser cumprido, com reportes periódicos a respeito, e entendia que se tratava de situação um pouco excepcional e não via problema em aprovar, mas considerava necessária uma reflexão e, eventualmente, fazer um ajuste no tipo de decisão que se traria para o Gape no futuro e que poderia começar a se fazer uma separação entre o que seria realmente estratégico e de gestão da política pública e aquilo que seria de competência da administração, do dia a dia da Eace.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, respondeu, com relação à questão de ordem apontada por **Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM**, que sua preocupação era tentar ser o mais realista possível. Informou que **Paula Martins, Presidente da Eace**, e ele já teriam debatido sobre as propostas apresentadas hoje.

Disse que tem acompanhado a Eace, desde o final do ano passado, com grande preocupação e que o Gape, órgão que disciplina e fiscaliza a Eace, deveria fazer isso a qualquer tempo, em qualquer momento. Afirmou que entregar a 4 (quatro) entidades privadas, Tim, Vivo, Algar e Claro, 3,5 bilhões de reais para que elas

administrem, para só depois, o setor público administrar, seria como fiscalizar a caixa preta depois do desastre do avião.

Informou que a Eace o procurou no ano passado e que havia encontrado muito desgoverno dentro da Eace e, portanto, entendeu que, para não ser tomada uma providência mais agressiva, resolveu tentar fazer de forma mais tranquila, com mais diálogo e, nesse sentido, estava sendo trazida essa proposta e afirmou novamente que o Gape tinha sim competência para fiscalizar e decidir a qualquer tempo o que fosse oportuno.

Esclareceu que o assunto da auditoria teria vindo à tona porque essa auditoria deveria estar sendo realizada desde agosto de 2022 e a própria Eace colocou dificuldade em fazer essa auditoria e foi resistindo de uma forma ou de outra, pois queria fazer uma auditoria menor e, na penúltima reunião do Gape, houve questionamento sobre isso. Afirmou que a auditoria era fiscalização e questionou, porque seria que a entidade não queria ser fiscalizada? Será que seria porque estava escondendo alguma coisa? Assim, de agosto de 2022 para cá, houve um atraso e, quando chegou a hora de entregar, se propunha uma alteração do estatuto, para que a entidade se beneficiasse do próprio erro em retardar? Seria uma coisa moralmente feia e, portanto, considerava mais elegante solicitar a prorrogação, como proposto por **Abrahan Lincoln Dorea Silva, Diretor Jurídico da Eace**, e o Gape autorizar a prorrogação por mais 30 (trinta) dias.

Destacou que, ainda que não fosse de sua competência fazer essas micro fiscalizações, o Gape teria o dever de zelar pelos recursos públicos que estão na Eace, que é formada por 4 empresas privadas, com interesses comerciais no mercado e que o Gape tinha sido criado para fazer a política pública, mas o lugar onde estava o dinheiro era na Eace, que teria que ser fiscalizada e que, portanto, o Gape deveria disciplinar, da forma que fosse, e considerava que a Eace tinha agido corretamente ao trazer essas questões para deliberação do Gape.

Afirmou que havia conversado com diversos representantes das empresas sobre os problemas encontradas na condução da Eace, que começaram a se ajustar e a ser superados desde que **Paula Martins, Presidente da Eace**, assumiu a presidência da entidade.

Disse, por fim, que o foco era conectar escolas, no sentido de tirar alunos do obscurantismo para a claridade, o que já estava sendo feito para os alunos das 177 (cento e setenta e sete) escolas do projeto-piloto.

Lembrou que existia cerca de meio milhão de alunos nas 9.000 (nove mil) escolas sem conectividade e esse era o foco, mas entendia também que questões, por menores que fossem, deveriam ser trazidas para que o Gape pudesse disciplinar, pois seria o lugar onde se teria que discutir e debater todos os assuntos e, dirigindo-se a **Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM**, disse que era nessa linha que gostaria de pedir que pudesse ser acompanhado de perto os trabalhos da Eace, na forma como o estatuto permitisse.

E, feitas essas considerações, afirmou que poderia ser aprovada a prorrogação do prazo para a conclusão da Auditoria e questionou se poderia dar esse encaminhamento.

Como não houve manifestação, foi concedido o prazo de 30 (trinta) dias para que a Eace concluísse a Auditoria.

Abrahan Lincoln Dorea Silva, Diretor Jurídico da Eace, afirmou que esse prazo de 30 dias, até o final do próximo mês, seria necessário para se conseguir receber o relatório no dia 23 de maio, dispor de prazo hábil para o Conselho Fiscal apreciar o relatório, fazer a convocação da assembleia geral ordinária dentro dos trâmites, encaminhando o relatório a todos, e realizar a Assembleia Geral Ordinária.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, se manifestou de pleno acordo e questionou se haveria mais alguma observação a ser feita pela Eace.

Paula Martins, Presidente da Eace, informou que o próximo assunto seria o *follow-up* da Comunicação e depois seria feito o *Follow-up* das Operações e passou a palavra para que **Gilmara Gelinski, Diretora de Comunicação da Eace**, fizesse a apresentação.

Gilmara Gelinski, Diretora de Comunicação da Eace, cumprimentou a todos e compartilhou a Apresentação Comunicação EACE (10198485), para informar o que estaria sendo realizado.

Iniciou dizendo que as próximas entregas da segunda fase da comunicação, seriam: *upgrade* do *site* que iria passar para a Plataforma digital, com *site* multimídia, onde se iria dispor de mais vídeos e maior interação com o público interessado nas redes sociais, com mais postagens no Instagram, Facebook, LinkedIn, Youtube, Tik Tok.

Informou que na próxima semana seria feita, juntamente com a Diretoria de Operações, uma pré-captação da conexão das escolas, em 3 (três) municípios escolhidos: Berilo, uma comunidade quilombola, Gaúcha do Norte, com conexão via satélite e Baía da Traição, uma área indígena, onde também haveria um provedor local indígena.

Acrescentou que ainda em maio iniciariam-se os trabalhos com a primeira temporada de podcasts, com convidados e coberturas de eventos, em seminários, simpósios, palestras que envolvessem o Aprender Conectado, em um trabalho bem amplo de divulgação, continuariam com o monitoramento em tempo integral de tudo o que sai na imprensa e iriam utilizar ferramentas específicas, para emissão de relatórios, com a performance de cada rede social, do *site* e de tudo que estiver sendo feito e divulgado sobre o Aprender Conectado.

Trouxe também alguns exemplos de divulgação, como do seminário do qual participaram **Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**, e **Paula Martins, Presidente da Eace**, que teve uma repercussão internacional em um evento de Barcelona e uma jornalista entrou em contato para falar sobre o Aprender Conectado com **Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape** e uma publicação daquele dia, do jornal Valor Econômico.

Finalizou mostrando a [Página do Aprender Conectado no Instagram](#) e convidando a todos para seguir, conhecer, compartilhar e se envolver nesse projeto.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, agradeceu a apresentação e convidou **Dagma Sebastiana Caixeta de Macedo, Coordenadora do SGT Comunicações**, para que fizesse a apresentação sobre a identidade visual do Projeto Aprender Conectado.

Dagma Sebastiana Caixeta de Macedo, Coordenadora do SGT Comunicações, cumprimentou a todos e lembrou que, desde o ano passado, estava sendo realizado o trabalho para a definição da identidade visual do projeto e que inicialmente havia sido definido o nome, Aprender Conectado, um nome que seguia todas as diretrizes de comunicação apresentadas quando o SGT Comunicação foi criado: simples e que agregasse valor ao projeto. Disse que a nomenclatura Aprender Conectado já estava sendo usada tanto pela EACE como nos *releases* publicados no *site* da Anatel e agora a segunda fase seria para definição da identidade visual do projeto, para que se pudesse ser identificado facilmente.

Esclareceu que a agência de publicidade contratada pela Eace para desenvolver essa identidade visual, a Cabernet, já havia apresentado algumas propostas que haviam sido rejeitadas, mas que ao final chegaram a uma proposta que foi acatada pelo SGT Comunicação, que compartilhou para o conhecimento de todos.

A seguir mostrou a proposta de Identidade do Aprender Conectado (10233219), com o símbolo do Wi-Fi, e do Lápis, o que era uma representação muito significativa do projeto e informou que tinha recebido alguns ajustes, resultando em 2 propostas com opções de cores, magenta e verde, que foram submetidas à escolha dos participantes da reunião do Gape, que escolheram o Verde que remeteria à cor da Bandeira do Brasil:



Proseguiu com as informações e mostrou a proposta do Mascote do Aprender Conectado (10233218) e destacou a feliz escolha da Agência Cabernet, ao propor 2 abelhas, macho e fêmea e a ideia da colmeia, que conversa muito com o setor, representando as redes moveis e as antenas das abelhas representadas pelo símbolo do *wi-fi*.

Proposta com ajustes



ManoMel



Isabelhinha

CABERNET.AGENCY

Informou que, a partir de agora, a agência de publicidade iria trabalhar nas peças de publicidade e no desenvolvimento dos mascotes e a Eace iria incluir os símbolos e as mascotes nas suas peças de comunicação.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, agradeceu a **Dagma Sebastiana Caixeta de Macedo, Coordenadora do SGT Comunicações**, pela apresentação, confirmou que todos estavam de acordo e que não havia nenhum outro comentário a ser feito, passando a palavra ao **Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace**, para que apresentasse os avanços do projeto.

Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace, cumprimentou a todos e projetou a Apresentação Operação EACE (10198492), informando que iria apresentar o *Follow-up* do projeto-piloto e o *status* da Fase 2 das vistorias técnicas.

Iniciou apresentando do histórico da evolução das ativações e informou que se alcançou o total de 164 (cento e sessenta e quatro) escolas com a rede externa ativada, totalizando a conectividade em 93% (noventa e três por cento) das escolas e, 167 (cento e sessenta e sete) escolas com rede interna também ativada, totalizando 94% (noventa e quatro por cento).

Em seguida apresentou o detalhamento da conectividade da rede externa por município, com algumas escolas a concluir, que seriam projetos especiais, com maior grau de dificuldade e que exigiam soluções utilizando rádio e satélite. Destacou a cidade de Cavalcante, com 4 (quatro) escolas, que aguardavam a entrega das torres, que faziam parte das obras do *backbone* do provedor, para se iniciar a implantação. Informou que ali havia uma escola desativada e que haviam visitado o novo local para onde a escola havia sido transferida, estando aguardando a montagem da escola, que atendia 9 (nove) alunos, para que pudessem tratar da conectividade. Com relação à Gaúcha do Norte, com 7 (sete) escolas, informou que aguardavam o fechamento, pela mesa de compras, do processo de contratação da solução via satélite, conforme deliberação da última reunião do Gape. Em Pau D'Arco, informou que aguardavam a reforma de uma escola e acompanhavam o processo junto à Secretaria municipal. Afirmou que assim que a reforma fosse concluída, a conectividade seria ativada.

Com relação à rede interna, informou que o processo estava praticamente concluído. Disse que estava sendo concluída a implantação em Baía da Traição e que em Cavalcante e em Gaúcha do Norte haviam adiantado a instalação da rede interna, independente da chegada da rede de acesso, alcançando 94% (noventa e quatro por cento) da implantação da rede interna do projeto-piloto e aguardavam a reforma em 3 (três) escolas para a conclusão do processo.

Com relação às vistorias da Fase 2, observou que, após atualização da base do Censo Escolar 2022, houve uma diminuição da base de escolas, de 2.323 (dois mil trezentos e vinte e três) para 2.316 (dois mil trezentos e dezesseis) escolas. Informou que haviam chegado a 1.242 (um mil duzentos e quarenta e dois) escolas vistoriadas, o que representava 54% (cinquenta e quatro por cento) das vistorias da Fase 2. Destacou que haviam concluído 100% (cem por cento) das vistorias em Tabatinga, que em Porto de Mós e João Pessoa as vistorias estavam sendo concluídas e, em Santarém e Manaus, as vistorias estavam acima de 50% (cinquenta por cento). Afirmou que esse era um processo que estava totalmente sob controle com uma forte aceleração na execução.

A seguir apresentou a situação das escolas já vistoriadas dessa Fase 2, sendo: 89% (oitenta e nove por cento) com energia da rede pública; 14% (quatorze por cento), sem internet; 74% (setenta e quatro por cento) com a internet insuficiente; 8% (oito por cento) com internet suficiente e 0% (zero por cento) com cobertura de Wi-Fi adequada.

Finalizou o seu relato, agradeceu e se colocou à disposição para o esclarecimento de qualquer dúvida.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, agradeceu e elogiou a atuação de **Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace**, à frente desse trabalho, que sempre surpreendia, com dados muito positivos e

questionou se mais alguém gostaria de comentar alguma coisa sobre a apresentação que acabava de ser feita.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM, agradeceu e disse que achava bastante interessante os dados das vistorias apresentados porque, de certa forma, eram coerentes com os grandes números que têm sido utilizados, com base no Painel de Dados do Gape e, o fato de ter 14% (quatorze por cento) de escolas sem internet era o que se esperava mesmo, acima da média nacional, uma vez que de acordo com os critérios de escolha utilizados, seria onde haveria mais alunos desconectados e mais escolas conectadas. Com velocidade suficiente, 8% (oito por cento) seria mais ou menos isso que se estimava, e questionou qual o critério que estaria sendo usado, com relação a “suficiente”.

Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace, respondeu que essa informação constava do rodapé da sua apresentação e velocidade suficiente significava 1 MB por aluno no maior turno, conforme deliberado na 16ª Reunião do Gape, e estabelecido na Portaria nº 2.347.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM, agradeceu e perguntou se não havia sido encontrada a lógica de rede interna adequada.

Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace, respondeu, dando um exemplo de Manaus, onde encontraram uma escola, com mais de 80 (oitenta) salas, que seria crítico o processo de cobertura nesse caso e que cada escola tinha uma situação específica e, dentro da premissa de monitoramento, que era extremamente importante, não tinham encontrado, nas 1.242 (um mil duzentos e quarenta e dois) escolas vistoriadas, nenhuma com cobertura de rede Wi-Fi adequada, sendo que em todas elas deveriam ser feitas adaptações ou mesmo uma construção. Afirmou que todas as informações estavam sendo incluídas no laudo de vistoria para uma futura tomada de decisão, mas para todas as escolas já vistoriadas alguma coisa deveria ser feita para as redes de cobertura do Wi-Fi.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM, agradeceu e questionou sobre a informação de energia se, onde havia informação de que a escola dispunha de energia da rede pública, existia informação detalhada, por exemplo, se seria de gerador fóssil.

Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace, respondeu que sim e que se verificava, inclusive, se havia necessidade de adequação, como aconteceu no projeto- piloto, escola por escola, essa informação era detalhada se tratava-se de energia fóssil ou de gerador e que dispunham de todo esse detalhamento, caso alguém precisasse.

Com relação à velocidade de realização das vistorias, **Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM**, questionou quanto tempo foi necessário para fazer essas 1.242 (um mil duzentos e quarenta e dois) vistorias.

Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace, respondeu que tinha levado 3 (três) meses, o que estaria dentro do que tinha sido planejado, que seriam 400 (quatrocentos) vistorias por mês. Acrescentou que esse processo tinha acelerado, quando se começou a pensar no processo de atendimento, em paralelo, das escolas desconectadas que só poderiam ser atendidas por satélite e lembrou que dentro de 30 a 35 dias se conseguiria fazer 1.000 (mil) vistorias por mês.

Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico, parabenizou **Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace**, pelo trabalho e disse que gostaria de fazer uma provocação, pois o Gape teria que, em algum momento, avaliar o que deveria ser feito com as escolas que estão constando como com conexão adequada. Disse que estavam procurando evitar sobreposições, mas estavam substituindo aquelas conexões que não eram adequadas. Informou que, no projeto-piloto, todas as conexões foram substituídas e atendidas efetivamente pela Eace e, nesses casos, das escolas que já constavam com conexão adequada, teria que ser tomada uma decisão, provavelmente, de não conectá-las novamente, e acreditava ser esse o encaminhamento. Acrescentou que, de qualquer forma, deveria ser verificado como fazer isso, de forma coordenada com as secretarias de educação. Esclareceu que em certa secretaria de educação poderia ter 2 situações, qual seja, uma parte da rede escolar atendida pelo Gape e algumas escolas não atendidas pelo Gape, isso do ponto de vista da conexão, porque a rede interna teria monitoramento e tudo isso continuava sendo feito pelo Gape. E concluiu dizendo que essa seria uma decisão que deveria ser tomada e o Gape deveria pensar sobre isso.

Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace, disse que a Eace tinha internalizado essa demanda e estavam trabalhando para ver se haveria alguma alternativa e que tinham algumas ideias que, assim que fossem fechadas, seriam compartilhadas com todos.

Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC, questionou, com relação a essas escolas que estariam com a conectividade adequada se era sabido de onde vinha o recurso ou como a escola fazia essa contratação.

Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace, informou que as escolas com velocidade adequada estavam bem concentradas em 3 (três) municípios, que seriam principalmente João Pessoa e Manaus, que tinham muitas escolas em área urbana, e em Santarém, que dispunha de muitas redes de fibra.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM, esclareceu que **Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC**, estaria querendo saber qual seria a fonte de recursos que sustentava essa conexão, se era uma contratação da escola e se a vistoria incluiria esse tipo de informação.

Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC, disse que, no caso de uma escola ter sido escolhida para receber recursos da PIEC, tendo contratado um plano, por exemplo, esse recurso poderia ser retirado, para que nesse município as escolas fossem uniformizadas com atendimento pelo Gape. E disse que a sugestão era no sentido de se conseguir pensar em relação ao que fazer com essas escolas, que poderiam ter contratado alguma coisa absolutamente precária e ser, por exemplo, um recurso que a escola contratou, mas não teria perspectiva de continuidade.

Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace, disse que fazia sentido essa verificação sobre as conexões adequadas, que iria verificar e depois daria retorno.

Francisco Nildo Sobral, da Eace, se manifestou para dizer que a Eace tentaria levantar essa informação, porque em alguns casos a própria escola não conseguia informar qual era a fonte dos recursos. Disse que, em alguns casos, se conseguia perceber claramente que seria um projeto ou do município ou de cotas dos professores, por exemplo, e que existiam vários programas e a informação não era totalmente precisa.

Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace, disse que em muitos casos se conseguiria levantar essa informação e que a Eace iria providenciar para compartilhar com o Gape.

Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico, afirmou que era importante ter esse detalhamento para subsidiar uma tomada de decisão, de qual seria a melhor forma de se fazer, porque talvez, como **Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC**, mesmo disse, o Gape possa bancar a conexão integral em todas as escolas, inclusive para uniformizar o atendimento e, eventualmente, o MEC pudesse utilizar os recursos das outras fontes de uma outra forma. E reafirmou que seria importante ter essa informação, justamente para depois, com mais calma, discutir sobre a melhor forma de atuar.

Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC, disse que para ela o dado mais importante seria a forma de contratação. Se essa seria uma contratação da escola, com algum recurso que foi para a conta da escola, ou se seria uma contratação centralizada, por exemplo, da prefeitura e, seria importante saber se tratava-se de uma contratação isolada da escola, ou uma contratação da secretaria e que isso ajudaria uma tomada de decisão.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM, afirmou que a observação da **Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC**, fazia pensar se não valeria a pena o Gape fazer uma reflexão sobre alguma coleta de informação, que pudesse ser acrescentada ao processo da vistoria como, por exemplo, a forma de contratar de maneira sistematizada. Disse que a Eace já tinha se disponibilizado a levantar essa informação, mas talvez se pudesse incluir no processo de vistoria o mapeamento de mais duas ou três informações, que se julgasse relevantes para a implementação da política, de maneira a evitar esse tipo de acionamento *Ad hoc* da Eace.

Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace, informou que todos os programas eram levantados, assim como o provedor, a velocidade, o recurso, para que depois se pudesse cruzar essas informações com as bases de dados da Eace. Disse que a informação sugerida por **Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC**, era uma informação específica e que a Eace iria levantar com as escolas a informação de quem estaria pagando pela conectividade.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM, afirmou que era isso que estava falando, e considerava que essa questão e mais alguma outra que se julgasse necessária, poderia ser incluída na vistoria.

Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace, concordou, dizendo que não via problema em levantar essa informação.

Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC, esclareceu que sua preocupação era no sentido de reduzir um pouco a complexidade de gestão posterior, como Governo Federal. Esclareceu que iriam existir escolas totalmente do Gape, de ponta a ponta, e que poderiam ser retirados os outros programas, para se evitar recortes, como por exemplo, uma escola é do Gape, mas o *link* de conexão à Internet é de outro programa. Disse que sabia que isso seria deliberado no futuro, mas era só para esclarecer a sua preocupação.

Francisco Nildo Sobral, da Eace, informou que no projeto-piloto a Eace conseguiu catalogar as escolas que já tinham algum tipo de atendimento e os programas que foram identificados. Disse que foram mapeados o PBLE,

o Gesac, por exemplo, mas para alguns programas havia muita dificuldade de coletar informação, porque ninguém sabia informar.

Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace, complementou, afirmando que no caso da coleta de informação dos programas identificados, havia um índice de quase 90% (noventa por cento) de informações precisas.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, se referiu às 297 (duzentos e noventa e sete) escolas em João Pessoa para questionar se não seria o caso de avançar para o entorno daquela região, que seria uma região carente, que certamente teria muitas escolas desconectadas. E se não poderia ser aproveitada a possibilidade dessa equipe que estaria em João Pessoa para avançar nas cidades mais próximas e evitar novos deslocamentos.

Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace, respondeu que não haveria problema com a concentração e que quanto mais concentradas as escolas, maior o volume de vistorias. Afirmou que havia uma equipe capacitada para avançar para as regiões próximas e que bastava que fossem deliberados os municípios próximos a João Pessoa a serem vistoriados. Afirmou que a parte que estava sendo feita estaria concentrada na zona urbana e informou que teve uma reunião com o secretário de educação de João Pessoa, que informou sobre um programa muito interessante, na zona urbana, mas que não alcançava para a zona rural e, certamente, avançar com essas vistorias para a zona rural, poderia trazer uma radiografia completa das dificuldades da região.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, perguntou se **Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace**, tinha conhecimento do cinturão digital que estaria sendo construído no estado da Paraíba.

Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace, respondeu que não, mas que poderia verificar e lembrou que no estado do Ceará havia um cinturão digital todo em fibra, criado pelo governo do Ceará.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, disse que provavelmente seria nos mesmos moldes e se referiu à uma região de Pernambuco, que também estaria fazendo um cinturão digital e questionou se essa solução de cinturão digital facilitaria a entrega de conectividade pelo Gape.

Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace, respondeu que facilitava muito na zona urbana, mas não na zona rural, cujos municípios eram muito distantes da fibra desse cinturão. Disse que cada caso seria um caso, mas no caso de escolas rurais, se tratava de projetos especiais, com custo de implantação mais alto, por aluno e por escola. Disse que não daria para afirmar exatamente qual o custo, porque cada caso teria uma peculiaridade, mas esses cinturões eram geralmente implantados em regiões urbanas. Disse que levar conexão para a zona rural era mais difícil e a existência de um *backhaul* próximo poderia facilitar, mas dependia de vistoria para se ter uma base para a tomada de decisão.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, agradeceu e passou a palavra para **Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico**, se manifestar.

Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico, disse que iria apresentar a questão das vistorias em Outros Assuntos, mas resolveu aproveitar que o assunto já estava sendo tratado, para, dentro da perspectiva de tentar conectar mais escolas, que tinha sido colocada por **Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**, propor uma nova reunião do SGT Diagnóstico, onde se pudesse discutir os critérios para essa ampliação. E assim, como **Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**, apontou a possibilidade de se vistoriar municípios próximos a João Pessoa, visando otimizar o trabalho das equipes, afirmou que essa discussão poderia ser feita em um ambiente mais técnico, para que o assunto pudesse ser trazido para deliberação, na próxima reunião do Gape.

Propôs então uma nova reunião do SGT Diagnóstico, para se discutir os critérios de como escolher os próximos municípios a serem vistoriados, tentando maximizar a equipe que já estava em campo.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, concordou e afirmou ter gostado da sugestão de **Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico**.

Ato contínuo, fez uma observação de que não se estava avançando mais rapidamente naquele momento porque o governo federal estava fazendo reuniões, das quais **Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC**, e **Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM** estavam cientes, no sentido de coordenar os programas de conectividade para que não houvesse sobreposição e melhor otimizar todos esses trabalhos. E que assim que toda essa coordenação de governo fosse concluída, certamente não haveria tempo para esperar muito com relação à conectividade e à tecnologia da informação.

Afirmou que **Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico**, estava certo e que deveria se avaliar melhor os próximos municípios a serem vistoriados, tentando maximizar as equipes que já

estavam em campo.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM, se manifestou para agradecer a consideração feita por **Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**, e a compreensão de se dispor a esperar. Disse que era exatamente esse ponto que iria colocar e informou que o MEC e o MCOM estavam discutindo com a Casa Civil, para tentar alinhar os programas para que se pudesse ter essa coordenação fechada. Disse que, em contrapartida, aquilo que estava sendo discutido no Gape, estaria sendo levado para a discussão com a Casa Civil, e que os parâmetros da Eace estariam, inclusive, servindo como parâmetros para cálculo de custo e na discussão a respeito de cronograma. Afirmou que, na medida do possível, o MCOM e o MEC tentavam manter essa articulação entre as diferentes políticas.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, agradeceu e disse que a Eace poderia prosseguir.

Paula Martins, Presidente da Eace, afirmou que, com esse tema, a Eace encerrava suas considerações e agradeceu a todos por quase três horas de discussão de temas super relevantes e disse estar contente em avançar com a questão da contratação dos equipamentos da Positivo e a possibilidade de finalizar em breve o projeto-piloto e de virar a página, com essa nova fase com auditoria. Afirmou que a Eace estava em um novo momento, com mascote e nova identidade visual e que a equipe contava com novas pessoas, **Abrahan Lincoln Dorea Silva, Carolini Campos e Fabiana Garcia**, que estavam presentes. Agradeceu a presença de todos, a paciência e a colaboração de todos em ouvir esse tempo todo e especialmente o comando de **Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape**.

José Goncalves Neto, integrante da equipe da VIVO, se manifestou para dizer que a Vivo também gostaria de externar a satisfação de ver essa equipe trazendo resultados e que podia ser comemorado o potencial dessa plataforma que estava sendo montada. Disse que tinha certeza de que o projeto estava dando certo e ia acontecer a contento e o país ia ficar satisfeito com o que iria receber.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, agradeceu ao **José Goncalves Neto, integrante da equipe da VIVO**, e à **Paula Martins, Presidente da Eace**, e toda sua equipe, e também às operadoras que integram a Eace, que puderam contribuir com esse trabalho.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, passou então para o próximo item da pauta que seria o reporte do Subgrupo Técnico de Comunicação e **Dagma Sebastiana Caixeta de Macedo, Coordenadora do SGT Comunicações**, informou que o reporte já tinha sido feito junto com as informações apresentadas pela Eace, quando mostrou a nova Identidade Visual e o Mascote do projeto.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, passou então para o próximo item da pauta que seria Outros Assuntos.

3. OUTROS ASSUNTOS

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, ao passar para esse item da pauta, questionou aos membros do Gape se haveria algum outro assunto que gostariam de tratar naquela oportunidade, deixando em aberto, da mesma forma, aberto aos coordenadores dos demais subgrupos que quisessem tratar de algum assunto que considerassem relevante.

Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico, se manifestou para dizer que iria adiantar algumas questões, fazer alguns comunicados e propor uma reunião do SGT Diagnóstico, para que pudessem ser feitas algumas avaliações e andamentos.

O primeiro assunto era com relação à avaliação de impacto, que depois de consultar outras entidades tinha se conversado internamente e se optou por resgatar a proposta que já tinha sido feita pela Enap à Anatel que, com recursos da Superintendência de Planejamento e Regulamentação, iria contratar a Enap para fazer a avaliação de impacto, dentro daquilo que já havia sido discutido e proposto anteriormente. Assim, queria comunicar ao Gape que essa contratação seria feita com os próprios recursos da Anatel, sem envolver diretamente a Eace.

Disse que a avaliação seria feita em conjunto e destacou ser importante a participação de todos, para que essa metodologia de avaliação pudesse ser construída em conjunto, até para saber se o que o Gape estaria indo bem ou não,

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, se dirigiu a **Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC**, para dizer que gostaria da participação do MEC nesse trabalho de avaliação de uma política pública de educação, que estaria associada ao MEC, e, nesse sentido, poderia ser designado algum integrante do MEC para acompanhar e trabalhar nesse tema.

Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC, respondeu que considerava que valeria uma reunião sobre o tema, até porque existia uma experiência boa de avaliação de impacto que era a experiência de avaliação da IEC do BNDES de Incentivo à Educação Conectada. Informou que esse processo de avaliação de impacto tinha sido concluído agora e o Gape poderia já ver o que se aprenderam com o processo deles, porque tinham uma estrutura pronta e considerava que havia muita coisa que o Gape poderia aproveitar. Se propôs a agendar uma reunião e informou que ia solicitar à Tássia Cruz da FGV, que estava bem envolvida desde o começo do processo, para que também participasse e **Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico**, concordou e afirmou que toda experiência que se pudesse adquirir seria importante.

Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico, prosseguiu na linha dos recados e informou que a Anatel tinha recebido uma diligência do Tribunal de Contas da União (TCU) específica sobre o Gape. Informou que já estavam sendo providenciadas as respostas e a Eace já tinha sido envolvida para que fizesse a resposta dos apontamentos que foram feitos especificamente para a entidade e que, em geral, seriam questões ainda muito preliminares, bem básicas e tranquilas para serem respondidas. Disse que perguntaram, por exemplo, sobre os critérios utilizados para selecionar as escolas do projeto-piloto; de onde veio a referência dos 50, 100 e 200 megabits por segundo para a conexão das escolas; fizeram apontamentos sobre a página da internet da Eace para se melhore a quantidade de informações disponíveis ao público em geral e informou que a Anatel estava respondendo. Acrescentou que se alguém quisesse se aprofundar na análise, a Anatel estava providenciando a resposta.

Por fim, **Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico**, propôs uma Reunião do SGT Diagnóstico para tratar especificamente da questão dos valores dos equipamentos e solicitou que a Eace preparasse uma apresentação para trazer os detalhes dos custos da contratação que foi aprovada hoje a fim de que todos pudessem ter mais conhecimento, para que essa contratação pudesse vir a ser uma referência para outros projetos e eventualmente, se pudesse se calibrar para uma próxima contratação.

Paula Martins, Presidente da Eace, afirmou que a Eace dispunha desses dados que poderiam ser revisitados, pois que constavam, inclusive, das próprias atas de reuniões anteriores do Gape, e que esses dados já eram públicos, já tinham sido apresentados, os modelos tinham sido aprovados pelo Gape e já tinham sido exaustivamente discutidos nos grupos técnicos.

Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC, solicitou a **Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico**, que compartilhasse com ela a demanda do TCU, porque também havia recebido várias demandas do TCU e gostaria de entender um pouco esse mapa do TCU em relação à parte de conectividade e de tecnologia, dizendo que estava pensando que talvez valesse a pena uma conversa com o TCU para antecipar algumas questões. Assim, gostaria de entender se o questionamento para a Anatel tinha vindo na mesma linha das perguntas que vieram sobre outros programas do MEC.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, informou que, na época do Edital de 5G, do qual ele tinha sido o relator da sua primeira versão, tinha dialogado muito com o Ministro Carreiro, que hoje não estava mais no Tribunal, mas tinha sido o relator do assunto e era um entusiasta absoluto dessa questão da conectividade nas escolas e, na deliberação final do Edital, havia feito uma determinação sobre o acompanhamento pelo TCU. Assim, esse processo de acompanhamento tinha sido instalado por força de determinação do próprio acórdão do TCU, à época e eles iriam acompanhar o andamento do processo, inclusive com boas contribuições ao debate e discussões e essa era uma comunicação que fazia ao Gape.

Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC, agradeceu e disse que era para ficar claro que o MEC não tinha nenhuma preocupação, só gostaria de fazer um alinhamento do que estava sendo demandado para o Gape e conseguir avaliar se haveria coisas que o MEC deveria estar olhando.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM, agradeceu pela decisão de se fazer a avaliação de impacto que havia sido proposta anteriormente. Disse que seria muito útil e que valeria a pena, principalmente em se tratando de educação. Afirmou que, como havia sido mencionado por **Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC**, o caso do BNDES era um caso muito específico, que deveria trazer evidências muito boas, mas uma política da abrangência do Gape considerava que seria a primeira vez a ser avaliada e disse considerar que seria bom para todos, para o governo, para a população e para o Gape.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, disse que a conclusão do projeto-piloto poderia ser acelerada, para que esse piloto servisse de parâmetro às demais políticas. Disse que por se tratar de somente 177 (cento e setenta e sete) escolas, deveria se avançar com esse piloto.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM, respondeu que, na prática, era isso que estava acontecendo e que o projeto-piloto do Gape tinha assumido uma dimensão maior do que aquela para a qual

tinha sido originalmente concebido e que esse piloto, que era para servir de modelo para o Gape, hoje estava servindo de referência para a definição da política do governo.

Paula Martins, Presidente da Eace, se manifestou para lembrar do evento da escola conectada, quando foram apresentados todos os projetos do governo, pelo MCOM, pelo BNDES, pelo MEC, e que não havia sido apresentado nenhum outro projeto que fosse tão complexo, tão abrangente, que aparasse todas as arestas como o Aprender Conectado e que nesse evento se pôde perceber realmente a importância e o alcance do projeto.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, afirmou então que deveria se correr com a aquisição dos equipamentos e se dirigiu a **Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC**, dizendo que isso tinha que ser qualificado para não virar lixo tecnológico que é instalado e ninguém utiliza por falta de capacitação e indagou se, pelo menos para o projeto-piloto, não haveria como fazer rapidamente a qualificação rápida, dos professores com o Instituto Federal de Educação, o IFC, ou haveria uma outra forma de buscar essa qualificação, que apresentava um preço alto e uma disparidade com relação aos demais custos do projeto ou ainda se as operadoras que poderiam doar essa qualificação para o projeto-piloto em uma política de filantropia.

Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC, afirmou que a construção do Gape, para ela sempre teve o escopo da conectividade. Disse que o MEC estava discutindo internamente a política de formação de competências digitais, mas teria outras dimensões que não estariam sendo contempladas no Gape. Disse que se fosse desenvolvido um projeto-piloto completo, em tudo que ele deveria, existiam várias camadas a mais que precisariam ser incluídas no projeto, o que poderia ser conversado e que essa era a sua ponderação e que poderia voltar na próxima reunião com alguma proposta de alguma coisa intermediária. Mas disse que para tratar de formação, teria que se alinhar com todas as secretarias envolvidas nesse projeto, pois não concordava com o modelo de simplesmente desenhar as linhas de uma formação e ir lá para fazer a formação nas escolas, independentemente das secretarias.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, respondeu dizendo que talvez **Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC**, estivesse enxergando a questão da qualificação, do ponto de vista de conteúdo, que seria do MEC. Afirmou que se referia à formação relativa ao uso da infraestrutura, até deixar o projeto-piloto funcionando do ponto de vista infraestrutural, não de conteúdo. Disse que **Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC**, se referia a essa completude toda, mas que a questão do conteúdo realmente não era, de jeito nenhum, de competência do Gape.

Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC, respondeu que não estava questionando a competência, e para ficar claro, entendia que se tratava mais de uma questão de escopo do projeto. Disse que achava que poderiam ser adicionadas essas camadas, mas teria que trazer várias outras camadas e envolveria um desenho de projeto que não foi feito até agora. Disse que nunca, em nenhuma reunião, as secretarias estaduais e municipais envolvidas no projeto haviam sido chamadas para conversar. E que, a partir do momento que iria ser desenhada uma formação para os professores, entravam todas essas camadas, tinha que se sentar com as Secretarias, tinha que achar o tempo do professor para fazer essa formação, que deveria estar mais alinhada com a política pedagógica. Disse ainda que era muito ruim quando a formação simplesmente vinha completamente dissociada disso. Considerava que poderia se pensar numa proposta intermediária de uma coisa simples, mas precisaria envolver as secretarias e o Gape teria que estar disposto a ampliar esse rol do que estava sendo feito até agora dentro do projeto. Afirmou que se existisse essa vontade, poderia se conversar sobre isso, e ela poderia fazer uma proposta.

Afirmou que seriam adicionadas muitas outras camadas naquilo que vem sendo executado, mas não tinha problema e considerava que se poderia seguir por esse caminho. Disse que estava trabalhando do ponto de vista de estruturar uma coisa Brasil do lado de lá, mas que poderia ser feita alguma coisa só com o recorte do piloto do Gape para as 177 (cento e setenta e sete) escolas.

Disse ainda que teria que sentar para articular com as secretarias, apresentar uma proposta e que não podia atravessar as secretarias de educação e colocar uma formação direta do projeto, porque na hora que se envolve o professor era importante o elemento pedagógico, e era isso o que teria que pontuar.

Disse que gostaria só de pedir um tempo para pensar numa proposta do que poderia ser desenhado exclusivamente para o projeto-piloto e que não seria uma coisa para a qual se faria um orçamento, contratação e que fosse colocada para rodar, sendo essa a sua ponderação.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM, agradeceu e disse que, para aproveitar que estava se tratando do projeto-piloto como exemplo para as políticas públicas de conectividade de maneira geral do governo federal, queria reforçar um pedido que já tinha feito ao **Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace**, e para

deixar registrado, de que se deveria avançar no mapeamento de soluções alternativas para a rede interna. Afirmou que levantava esse ponto, porque nas discussões que estavam ocorrendo, e seria importante compartilhar essa informação com todos do Gape, esse aspecto estava chamando atenção em termos de valores e era um componente do projeto de conectividade para uso pedagógico que chamava atenção por ser um dos grandes ofensores de qualquer planilha de custo de orçamento. Assim, sugeriu que valeria a pena um esforço no sentido de tentar identificar alternativas que, eventualmente, atendessem às necessidades da conectividade para uso pedagógico e que fossem mais módicas em termos de custo.

Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico, disse que esperava que o desconforto fosse só em relação a custos.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, representante do MCOM, respondeu que era só com relação ao custo, porque o conceito estava sedimentado.

Luiz Carlos Gonçalves, COO da Eace, informou que a Eace estava trabalhando nisso e que iria encontrar uma solução.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, disse então que **Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico** poderia prosseguir.

Eduardo Marques da Costa Jacomassi, Coordenador do SGT Diagnóstico, propôs a realização de uma reunião do SGT Diagnóstico na próxima semana e sugeriu que fosse realizada na quarta-feira, dia 03 de maio, na parte da tarde, provavelmente às 15h00, com a seguinte pauta: aprofundamento da análise das planilhas em relação aos computadores e da forma de aquisição e critérios para definição das próximas cidades a serem vistoriadas.

Além disso, se a **Ana Úngari Dal Fabbro, representante do MEC**, considerasse interessante, poderiam, numa próxima reunião, falar sobre a avaliação de impacto do projeto do BNDES, para que se pudesse aprofundar também na forma como eles fizeram e nos resultados que obtidos.

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, questionou se alguém gostaria de sugerir mais alguma coisa no item Outros assuntos e não havendo manifestação, disse que passaria para o item 4 da pauta.

4. PRÓXIMA REUNIÃO E PRÓXIMOS PASSOS

Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Gape, ao tratar da próxima reunião e dos próximos passos, lembrou que o Regimento Interno do Gape prevê a realização de reuniões mensais. Assim, sugeriu que a próxima reunião do Gape acontecesse, na terça-feira, dia **16 de maio de 2023**, às **15h00**, de forma remota e, como não houve objeção, ficou definida essa data para a 18ª Reunião Ordinária do Gape.

Quanto aos próximos passos, disse estarem mantidos, para a próxima reunião, o acompanhamento da execução do Projeto-Piloto e das demais atividades da Eace e solicitou aos representantes dos subgrupos que trouxessem as informações acerca do andamento dos trabalhos.

Finalizou agradecendo a participação de todos e informou que a minuta de ata da presente de reunião seria encaminhada aos demais membros para apreciação e eventuais contribuições.

Com essas considerações, declarou encerrada a 17ª Reunião Ordinária do Gape.

ANEXOS

Apresentação Progresso Eace (17ª Reunião do Gape) (10198481)

Apresentação Comunicação EACE (17ª Reunião do Gape) (10198485)

Apresentação Operação EACE (17ª Reunião do GAPE) (10198492)

Análise Técnica das Propostas de Equipamentos de Informática (10229824)

Identidade do Aprender Conectado (10233219)

Mascote do Aprender Conectado (10233218)

APROVAÇÃO

4.1. Segue o presente Registro de Reunião assinado eletronicamente pelos participantes acima identificados.

4.2. No caso de algum participante externo não possuir credenciamento de usuário externo ativo no SEI, para igual assinatura eletrônica, os participantes internos signatários **certificam** que os participantes externos acima identificados participaram da reunião e tomaram conhecimento do teor deste documento.



Documento assinado eletronicamente por **Vicente Bandeira de Aquino Neto, Presidente do Grupo**, em 29/06/2023, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Nilo Pasquali, Secretário do Grupo**, em 18/07/2023, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Concolato Mejias, Usuário Externo**, em 24/07/2023, às 09:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **10157659** e o código CRC **F374548E**.